

Convocação do Congresso custará caro

Jamil Bittar — 21/12/92

■ Governo gastará R\$ 9,5 milhões se chamar os parlamentares para votar as reformas nas férias

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), quer que o presidente Fernando Henrique Cardoso tome a iniciativa de convocar o Congresso no recesso de julho, ou exponha oficialmente motivos relevantes que justifiquem o funcionamento do Legislativo durante as férias parlamentares. Só assim, Sarney admite, assinar, em conjunto com o presidente da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), o ato de convocação dos parlamentares — que resultará em despesas extras de R\$ 9,5 milhões para os cofres públicos, pois os 513 deputados e 81 senadores receberão, cada um, mais dois salários para trabalhar em julho.

Sarney afastou a hipótese de se atrasar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o que provocaria a prorrogação automática dos trabalhos no Senado e na Câmara, sem despesas para os cofres públicos (o Congresso não pode entrar em recesso enquanto não votar a LDO). “Nesse caso, só a LDO poderia constar da pauta, e não as outras matérias”, argumentou. Na sua opinião, é necessária uma convocação específica do Senado para votação das emendas da reforma econômica, já aprova das parcialmente pela Câmara.

Mesmo recuando de sua posição inicial, favorável a que o Congresso cumprisse o período de recesso previsto na Constituição, de 1º e 31 de julho, o presidente do Senado fez questão de deixar claro ontem que, pessoalmente, continua contra a convocação extraordinária, pois não vê razão que a justifique.

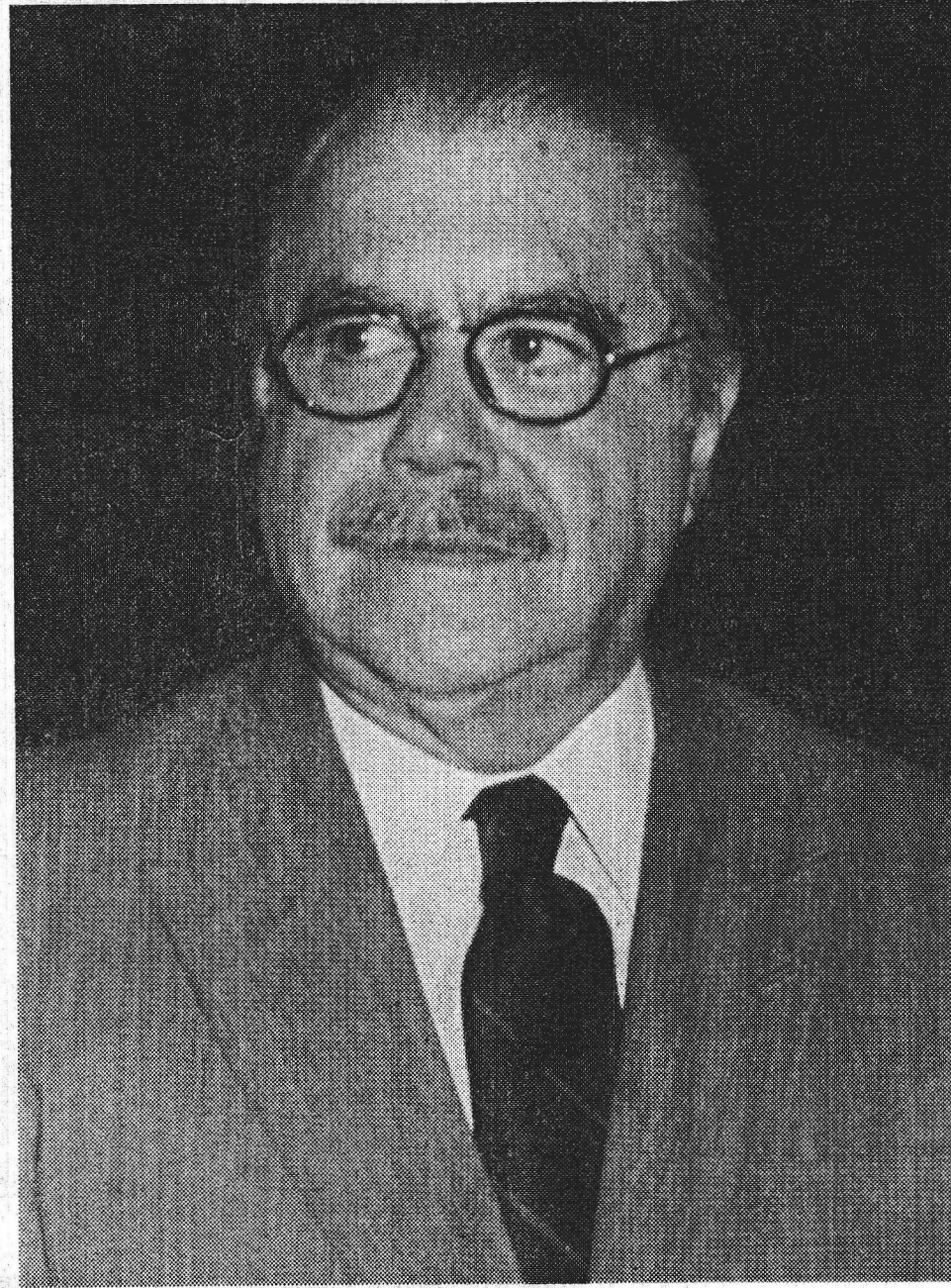
“A Constituição diz que o Congresso só deve ser convocado em caso de urgência e relevância, e a meu ver não temos essas circunstâncias”, afirmou Sarney. “Mas, se o presidente da República, que tem um

universo de informações além da nossa visão, apresentar o motivo, estamos prontos a trabalhar no recesso”.

Outro problema apontado por Sarney para formalizar a convocação do Congresso em julho é a necessidade de acordo com o presidente da Câmara, Luís Eduardo. A pauta de trabalho dos deputados se esgotará até o final do mês, com a votação, no dia 20, do segundo turno da emenda que acaba com o monopólio estatal do petróleo. “Não tenho poderes para convocar sozinho o Congresso e dependo do presidente da Câmara”, alegou Sarney, lembrando que Câmara e Senado não podem ser convocados isoladamente para trabalhar no recesso. “A convocação tem que ser conjunta”, explicou.

Apelo — Indagado se não bastaria um apelo do presidente Fernando Henrique Cardoso ou dos líderes do governo no Congresso para a convocação extraordinária, Sarney respondeu: “O problema não é de apelo. Sou escravo da Constituição e do regimento interno. No momento em que o presidente da República declarar que há interesse nacional relevante para que o Congresso funcione em julho, nós temos a obrigação de fazer a convocação, eu e o presidente da Câmara dos Deputados”.

Sarney explicou que, caso haja a convocação extraordinária, não terá como abrir mão do pagamento extra aos parlamentares. “Quem quiser, pode devolvê-lo. O meu, doarei para as obras sociais da irmã Dulce, na Bahia”, prometeu. Neste caso, os parlamentares serão obrigados a trabalhar o mês inteiro, e não somente até aprovar as quatro emendas de reforma da Constituição que já estão no Senado — fim dos monopólios do gás canalizado e telecomunicações, da reserva de mercado na navegação de cabotagem e dos privilégios das empresas de capital nacional.



“Quem quiser, pode devolver o dinheiro. O meu, doarei para as obras sociais da irmã Dulce”

José Sarney